



ATA Nº 2/2023

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da primeira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Beatriz Manso Preto Loureiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

4. Proposta de 1.^a Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa) para incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2022;
5. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);
6. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);
7. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);
8. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);
9. Proposta de 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Espinho para 2023;
10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
11. Aprovação de atas da sessão ordinária de dezembro de 2022 e das sessões extraordinárias de 7 e 21 de dezembro;

12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Bastos, Isabel Maria Pinhal Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, João Paulo do Couto Matos por José Dinis Moreira Campos Pinho e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida por Manuel Fernando Santos e do Presidente da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias por Paula Colaço. Foi dado nota da falta da vogal Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães e do Presidente da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho e João de Oliveira Passos

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto



Entrou-se de imediato na discussão do ponto 4. Proposta de 1.^a Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa) para incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2022.

Filipe Pinto (PSD) colocou as seguintes perguntas: o motivo do saldo de gerência ser superior a 4 M€; a razão de não terem sido apresentados os valores da execução orçamental de 2022, como sugerido pelos vereadores do PSD na reunião de Câmara de 13 de fevereiro; como se justifica não terem previstos os aumentos das taxas de juro no orçamento discutido e aprovado em dezembro quando já era sabido que podiam escalar acima dos 3,5%; a razão da previsão de aumento com despesas de pessoal em 310 mil euros, após pouco mais de 2 meses da aprovação do orçamento e a que dizem respeito os 25 mil euros atribuídos à freguesia de Anta e Guetim, constantes da pág. 21 do documento

Paulo Leite (PSD) disse que PS, através do Presidente da Câmara Municipal que, entretanto, renunciou, anunciou, pouco tempo depois da tomada de posse, que existia um buraco de 7,8 M€. Pediu que lhe explicassem então de onde provinha o saldo de 4,7M€ num ano e no outro ano de 4,8M€. Perguntou se a Câmara Municipal sabia o que andava a fazer, se tinha noção da gestão que tinham de fazer, porque o executivo sempre afirmou que havia um resultado negativo de perto de 2 M€ e agora constatava-se, como sempre o PSD afirmou, que o resultado era positivo em cerca de 5M€. Disse que constava-se no documento mudanças de verbas que já deviam ter sido acauteladas no anterior orçamento.

Ana Rezende (CDU) registava com alguma preocupação aquela proposta de alteração para encaixarem cerca de 5M€, quando há pouco tempo, foram ali votados os documentos previsionais, sem terem conhecimento de um relatório e contas relativamente ao exercício de 2022, por forma a terem alguma leitura sobre a proposta agora apresentada. Que dois anos consecutivos de saldo de gerência na ordem dos 4M€, deixava-a perplexa e carecia de explicação porque até agora ainda não tinha sido esclarecido se houve ou não o rombo de 7M€ e que precisavam de saber como estava a ser gerido e aplicado o dinheiro. Disse que sendo o saldo daquela ordem era porque a execução orçamental ficou muito aquém do desejável.

Presidente CME explicou que tiveram um saldo de gerência no montante de 4 739 425,18 euros, fazendo notar que a Câmara, no atual mandato, não se financiou, tendo o executivo PSD feito um financiamento de cerca de 10M€, tendo a Câmara estado a pagar juros, fazendo notar que naquele montante já estavam compromissos assumidos. Disse que existia um reforço de verba para recursos humanos de cerca de 310 mil euros para mudanças de nível de funcionários e algumas eventuais contratações. Quanto aos 25 mil euros atribuídos à freguesia de Anta e Guetim, disse que não tinham sido pagos anteriormente porque os documentos necessários não foram apresentados a tempo. Disse ainda que as previsões orçamentais foram efetuadas em outubro e que as taxas de juros já subiram por 3 vezes, esperando-se ainda mais subidas

Foram feitas as seguintes intervenções:

Paulo Leite (PSD) disse que ficou pouco esclarecido e tinha razões para acreditar que a Sra. Presidente não respondeu às questões por não saber. Disse que o PSD atempadamente fez notar que a solução encontrada para a Câmara em funções não era a adequada e que o PS tinha uma grande responsabilidade em tudo o que estava a acontecer, acrescentando que tudo o que de menos bom aconteceria até ao final do mandato era responsabilidade de todos os membros do PS que continuavam a negar as evidências. Que Espinho estava a perder grandes oportunidades de financiamento, de projetos que estavam a ser captados por outros municípios, pelo facto de estar numa situação muito difícil de gestão. Referiu que tinha questionado o anterior Presidente da Câmara quanto ao custo da alteração ao quadro de pessoal, tendo-lhe então respondido que ficaria mais económico do que o anterior quadro, verificando-se agora necessidade de reforço de verba. Disse que o saldo de gerência foi praticamente o mesmo do ano anterior significando que a execução orçamental esteve abaixo. Acrescentou que o PSD não podia aprovar aquele documento por não estar de acordo com o seu programa, nem como a forma de gerir a coisa pública e também em consonância com o voto do orçamento para o corrente ano

Presidente CME esclareceu que houve aumento de gastos com os recursos humanos devido às delegações de competências. Que a pessoa que falou no "buraco" não estava ali e que não iria falar sobre aquele assunto e perguntou ao vogal do PSD quais eram os projetos a que se referiu e que estariam a ir para outros municípios



Ana Rezende (CDU) disse que era preocupante verificar que o saldo de gerência daquela natureza fosse alocado às taxas de juros e aos aumentos energéticos e que, tendo os documentos previsionais sido aprovados há pouco tempo era preocupante que o município não se socorresse de estudos de previsibilidade económica e financeira para elaborar os seus documentos financeiros. Acrescentou que, da mesma forma que a CDU votou contra os documentos previsionais, também votaria contra aquela alteração porque estava mal explicada e porque continuava a traduzir uma política com a qual não concordavam e que não dava resposta à maioria dos problemas que a população de Espinho enfrentava.

José Carvalhinho (PS) disse que estava a intervir na qualidade de vogal e referiu que o orçamento para 2023 já tinha sido discutido e aprovado e conseqüentemente também o que era estratégia política do executivo. Que aquela revisão orçamental era imposta pela transição do saldo de gerência, sendo que a lei permitia que aquela incorporação fosse feita antes da aprovação dos documentos previsionais. Que o saldo de gerência estava devidamente explicado no mapa da "Demonstração do desempenho orçamental, onde estavam todas as despesas e receitas e onde se percebia quais eram as taxas de execução orçamental. Fez notar ainda que, aprovar um orçamento, era aprovar as dotações orçamentais, as previsões de receitas e despesas, feitas de acordo com as regras da Lei das Finanças Locais. Que apenas podiam contrair despesa, havendo dotação orçamental e para esta última tinha de existir cabimentação, sendo que esta só era feita, existindo receita garantida para executar determinado projeto. Disse que em 2020, tiveram uma execução orçamental da despesa de 74%, ficando 25% por realizar e que o saldo de gerência transitado foi de 997 mil euros e depois, em 2021, ano de eleições, tiveram uma taxa de execução da despesa de 80% e o saldo de gerência foi de cerca 4,8M€, mas não significava poupança porque era dinheiro que já estava comprometido e terminando o ano civil, forçosamente tinham de incorporá-lo no novo orçamento com uma alteração orçamental. Deu como exemplo a transferência da verba de 25 mil euros para a Freguesia de Anta e Guetim em que, dentro dos contratos interadministrativos totalmente executados pela Junta, houve uma empreitada em que não foi entregue a certidão de não dívida antes do final do ano, impossibilitando o pagamento, pelo que, o dinheiro que estava previsto em orçamento teve forçosamente de ser incorporado no orçamento do ano seguinte através de uma revisão. Disse que considerava o orçamento para 2023 excelente, dando esse mérito ao Arq. Miguel Reis, porque

começava a dar outro tipo de respostas às necessidades dos munícipes e à organização interna da própria Câmara Municipal.

Paulo Leite (PSD) continuava sem ter explicações relativamente ao dito “buraco” e outras questões colocadas, denotando que foram prestadas algumas explicações que deviam ter sido dadas pela Presidente da Câmara. Que o executivo PSD fez um pagamento de dívida à EDP que poupou ao erário público 4M€ e que promoveu um crescimento que há muito não se via no concelho, bruscamente interrompido com a entrada do PS. Acrescentou que se não se financiaram era porque não era preciso

Presidente CME disse que estavam no limite do endividamento e que estavam a ser o mais transparentes possíveis, como iriam demonstrar. Perguntou quais eram os projetos que estariam a ir para outros municípios que não o de Espinho

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que quem tinha de dar respostas era a Câmara e não os vogais da Assembleia e que quando se referiu aos projetos, estava a referir-se a oportunidades de projetos com verbas disponíveis que outros municípios aproveitavam e Espinho não. Lembrou que o PSD tinha previsto fazer a substituição das condutas da água na rua 19, sendo que o PS, alegando não ter dinheiro, não executou

Ana Rezende (CDU) referiu que o vogal José Carvalhinho explicou-lhes qual foi a taxa de execução orçamental do PSD nos dois últimos anos de mandato, mas que não lhes disse qual a taxa de execução orçamental de 2022 do atual executivo, que considerava importante saberem

Filipe Pinto (PSD) fez notar que quem tinha de dar respostas era o executivo e não a mesa da Assembleia Municipal

José Carvalhinho (PS) interveio de novo, na qualidade de vogal da Assembleia Municipal e esclareceu que a execução orçamental da despesa de 2022 andava na casa dos 76 e 80%. Disse ainda que no mapa de desempenho da demonstração orçamental, comparando 2022 com 2023 percebia-se que havia uma maior despesa de investimento em 2021 por ter sido um ano com muitas obras, mas que o problema da execução orçamental 2021 era estar assente única e exclusivamente em endividamento bancário. Que se não fosse o endividamento bancário e a exceção aberta que permitiu fazer aquele endividamento, com os denominados empréstimos



do BEI, a gestão 2021 teria sido uma ruína porque o saldo primário foi negativo em 4,2 milhões e em 2022, não havendo empréstimos bancários e tendo-se feito amortizações daqueles empréstimos, tiveram um saldo primário de 2,6 milhões de euros. De seguida explicou onde seria investido o saldo de gerência, nomeadamente em despesas com pessoal, com o ReCAFE, obra que exauriu os cofres do município, a modernização administrativa, verba que andava nos orçamentos há já quatro anos, mas sem qualquer dotação, e beneficiação e melhoramento dos edifícios municipais. Considerava que o orçamento estava a ir no caminho certo, ou seja, de não fazerem as grandes obras que todos viam, e dotar a camara dos instrumentos dos meios e instrumentos necessários para ser mais eficaz e poder responder às necessidades dos munícipes. Disse que as taxas de execução não eram tanto o problema para o saldo de gerência, embora contribuíssem para isso. Relativamente ao dito "buraco", disse que na página 124 das contas 2021, constava que o resultado líquido do exercício era de menos 1,2 milhões de euros. Acrescentou que não estava preocupado com isso explicando que o saldo foi negativo porque tinham de incluir as amortizações que não tinham qualquer impacto na execução do orçamento e nos cash-flow, por ser um movimento puramente contabilístico. Fez notar que o grande problema do endividamento era que quando os juros aumentavam mais do que estimado, não tinham outra opção senão pagar mais e que era prudente acautelar senão corriam o risco de terem juros para pagar e não terem dotação orçamental. Referiu ainda que aquela revisão orçamental, contemplava a remodelação dos armazéns gerais e aquisição de material dado que os trabalhadores trabalhavam em condições péssimas e sem equipamento indispensável. Conclui que o documento devia ser aprovado porque as verbas iam ser bem aplicadas e nos sítios onde deviam ser aplicadas

Ana Rezende (CDU) protestou, dizendo que, com aquela intervenção mais técnica, deu a explicação do resultado líquido negativo de 1,2 M€, fazendo notar que do ponto de vista contabilística nem era assim tão preocupante. Continuou assinalando a irresponsabilidade política do PS, ao afirmar durante um ano, de que existia um rombo de quase 7 milhões. Que percebia a insistência do PSD em que fosse realizada uma auditoria às contas.

José Carvalhinho (PS) contra protestou, referindo que o resultado líquido negativo de 1,2 M€ do exercício 2021 era um facto e quando disse que não era preocupante era na ótica orçamental, não mexendo com as transferências do dinheiro porque era

puramente contabilístico. Acrescentou que, quando o arq. Miguel Reis referia o buraco dos 7M€, não tinha a ver com os 1,2M€ do saldo negativo, mas com obras do plano plurianual de investimentos para as quais não havia qualquer receita definida, que estavam em curso e não existia capacidade financeira para concluí-las, como podiam ver no plano plurianual de 2021, dando o exemplo da obra para o estádio municipal. Acrescentou que o município de Espinho tinha um problema de receitas, estava extremamente dependente de receitas alheias e que quando referiu que era um bom orçamento era pelo facto de começar, através dos investimentos nos projetos certos, a ter capacidade de diminuir os custos com recolha de lixos, com eficiência energética entre outros

Paulo Leite (PSD) protestou fazendo notar que o papel do Presidente da Assembleia Municipal devia primar pela isenção e muito pouco fazer-se substituir à Câmara Municipal que, notoriamente, não sabe dar explicações e acrescentou que o saldo de 1,2M€ foi negativo devido às amortizações e que se o executivo PSD não tivesse feito redução das amortizações para metade ainda seria muito pior. Mostrou o gráfico da dívida que PS tinha deixado antes do executivo PSD entrar na Câmara Municipal e a deixada por aquele e acrescentou que muitas coisas não puderam ser feitas por terem andado a pagar aquela dívida que o PS deixou. Referiu ainda que o arq. Miguel Reis usou propositadamente a questão do buraco para gerar na opinião pública a ideia de que o dinheiro tinha desaparecido. Concordava que era preciso dotar as instalações de melhores condições para os trabalhadores, mas que era preciso também captar as oportunidades de financiamento para o concelho. Perguntou à Câmara Municipal quantos licenciamentos foram aprovados desde 10 de janeiro, desde que foi anunciado que teriam de ser presentes em reunião do órgão executivo. Disse que notavam que havia um partido socialista perdido, agarrado pelo Presidente da Assembleia Municipal

Ana Rezende (CDU) protestou dizendo que o executivo PSD esteve 12 anos a pagar dívida do executivo PS e agora o PS reclamava estar a pagar dívida deixada pelo PSD, sendo que os espinhenses deviam tomar consciência que aquela dicotomia PS, PSD estava ali para contrair dívida e fazer a gestão do prejuízo, sem políticas viradas para as verdadeiras necessidades dos espinhenses

Paulo Leite (PSD) contra protestou dizendo que se vissem bem o gráfico que mostrou, ele estava com tendência para descer. Que PSD reduziu dívida e fizeram obra também, ganhando algum dinheiro também com a questão da negociação com a EDP.



Que era importante que os espinhenses percebessem o erro que cometeram quando elegeram aquela equipa do PS que padecia de muitas infirmidades

José Carvalhinho (PS) protestou dizendo que era Presidente da Mesa, mas também tinha direito à sua opinião e que enquanto vogal tinha direito de vir ao púlpito intervir, acrescentando que as suas opiniões e posições não interferiam com a sua isenção e a sua capacidade de gerir os trabalhos da Mesa e da Assembleia Municipal

Teixeira Lopes (PS) agradeceu ao vogal José Carvalhinho a lição sobre um documento importante, sem demagogia, com conhecimento e rigor e numa linguagem que todos compreendiam e com coerência política. Que embora soubesse que a bancada do PSD não viria pedir desculpa por durante 12 anos ter governado mal Espinho, conforme os eleitores de Espinho reconheceram ao eleger o PS em função do seu programa com novas perspetivas, de modernidade, de correção das contas, dando-lhe a maioria na Câmara e na Assembleia Municipal, não lhe parecia correto quererem condenar em praça pública a pessoa que foi Presidente da Câmara Municipal, arq.º Miguel Reis, sem ainda a sentença ter transitado em julgado. Disse que o PS votaria favoravelmente

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que nenhum vogal do PSD falou em querer condenar o arq.º Miguel Reis, apenas fizeram uma discussão política e algo técnica sobre os documentos e referiram as afirmações feitas por ele sobre o dito buraco, sendo que o vogal Teixeira Lopes nada falou do documento, apenas disse que votariam a favor e que reconhecia as qualidades do Dr. José Carvalhinho, acrescentando que também ele lhe reconhecia aquelas qualidades e que o PS não tinha, nem na bancada nem na Câmara Municipal, alguém para fazer o trabalho que o vogal José Carvalhinho fizera.

Teixeira Lopes (PS) contra protestou e referiu que assumia o que dizia, reafirmando que o PSD não conseguiram esquecer a derrota infligida democraticamente em ato eleitoral. Que criticavam as pessoas e não apresentavam alternativas a coisa nenhuma

Votação: aprovado com 13 votos a favor e 10 votos contra, com a presença de 23 membros.

Minuta de deliberação: A Assembleia Municipal de Espinho, para efeitos da sua competência fixada na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

deliberou aprovar a proposta de 1.^a alteração orçamental modificativa aos documentos previsionais 2023 (Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa), com vista à incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2022 no orçamento para o ano em curso, nos termos do previsto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro. A decisão foi tomada com 13 votos a favor e 10 votos contra, com a presença de 23 membros. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada, marcando-se a continuação da sessão para o dia 7/03/2023.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
